

À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

**Processo de origem: XXXXXX - Xª Vara de Família e de Órfãos
e Sucessões de XXXXXX**

FULANO DE TAL, brasileiro, solteiro, desempregado, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXX SSP-BA e inscrito no CPF nº XXXXXX, filho de **FULANO DE TAL** e **FULANA DE TAL**, residente e domiciliado na LUGAR X , CEP XXXXXX, telefone (X) XXXX ou (X) XXXXX, não possui endereço eletrônico, vem, por intermédio da Defensoria Pública do XXXXXXXXXXXX, interpor

**AGRAVO DE INSTRUMENTO
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE
TUTELA**

em face da decisão de ID XXXXXXXXXXXX, que indeferiu o pedido do agravante de permanência por 6 meses no imóvel objeto do inventário e determinou a expedição de mandado de desocupação voluntária, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

FULANA DE TAL

Defensora Pública

EGRÉGIA TURMA

**Origem: Juízo da Xª Vara de Família, Órfãos e Sucessões
de XXXXXX Processo de origem: XXXXXXXX**

Recorrente: FULANO DE TAL

Recorrido: XXXXXXXXXXXX

1. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de inventário para partilha dos bens deixados por FULANA DE TAL, falecida em X/X/X, consistentes em um imóvel localizado na LUGAR X (onde o ora agravante reside) e saldo de R\$ XXXXXXXXXXXX em conta poupança.

Durante o andamento do feito, o inventariante FULANO DE TAL requereu a venda do imóvel para o fim de recolhimento dos impostos. O pedido foi deferido pelo douto Juízo de origem.

Em seguida, o inventariante informou que há um comprador interessado no imóvel, mas que o ora agravante reside no local e não se mostra disposto a mudar, impedindo a venda. Assim, requereu a desocupação do imóvel.

O pleito foi deferido na origem.

Sucede, todavia, que o agravante e sua esposa estão desempregados e impossibilitados de saírem do imóvel no momento, razão pela qual requereu a suspensão da desocupação e venda do imóvel pelo prazo de 6 (seis) meses, até que ele possa se restabelecer e desocupar o imóvel.

No entanto, o pleito foi indeferido pela e. Magistrada *a quo*, sob o argumento de que os outros herdeiros também tem direito

EGRÉGIA TURMA

sobre o imóvel, que não pode ser usufruído somente pelo recorrente.

Ocorre que a prova documental carreada aos autos demonstra que a r. decisão não merece prosperar, uma vez que restou devidamente comprovado que o agravante não possui condições de desocupar o imóvel atualmente sem que haja desproporcional prejuízo a ele e sua família.

**2. TEMPESTIVIDADE. PRESSUPOSTOS RECURSAIS.
CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO.
LEGÍTIMIDADE DAS PARTES**

A insurgência é tempestiva, pois a Defensoria Pública do XXXXXXXX tomou ciência da decisão recorrida no dia XX/XX/XX. Considerando que o prazo para interposição do recurso é de 15 dias úteis, contados em dobro, resta inequívoca a tempestividade.

As partes Agravantes são patrocinadas pela Defensoria Pública, que, por lei, é dispensada da juntada de procuração. A intimação da Defensoria Pública se dá de forma pessoal, no endereço: LUGAR X , CEP: XXXXX, na pessoa de qualquer um dos integrantes da Defensoria Pública do XXXXXXXXXX.

Para o cumprimento da disposição inserida no artigo 1.016, IV, do CPC, a intimação do Agravado deverá se dar na pessoa do Procurador-Geral do XXXXXXXX, que pode ser encontrado no endereço: LUGAR X , CEP: XXXX, telefones: (X) XXXXXXXXX.

O presente recurso está sendo instruído com cópia integral dos autos originários e a Defensoria Pública do XXXXXXXX se responsabiliza pela autenticidade das cópias.

Nos termos do artigo 99 do CPC, os recorrentes requerem a concessão do direito à gratuidade da justiça, pois não possuem condições de arcar com o pagamento de custas, honorários advocatícios sucumbenciais e demais despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Assim, em

conformidade com o artigo 99,

§ 7º, do CPC, com o enunciado 115 do FONAJE, bem como com a jurisprudência do TJDFT, o agravante deixa de juntar o comprovante de recolhimento de preparo.

Destaca-se que, apesar da omissão legislativa a respeito do cabimento de agravo de instrumento no rito processual das Leis nº. 9.099/95, nº 10.259/01 e nº 12.153/10, sua utilização não deve ser excluída, uma vez que a recorribilidade das decisões, na qualidade de exercício do direito subjetivo de ação, não pode sofrer limitações pautadas na interpretação literal dos textos legais, sob pena de se preterir a função maior do processo, a concretização dos direitos materiais.

No caso dos autos, trata-se de decisão interlocutória proferida em processo de inventário, de modo que, conforme o artigo 1.015, parágrafo único, do CPC, o agravo de instrumento é o recurso cabível.

Em resumo, todos os requisitos de admissibilidade do recurso se fazem presentes.

**3. INVENTÁRIO. DESOCUPAÇÃO VOLUNTÁRIA DE IMÓVEL
OBJETO DA HERANÇA. SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE DO HERDEIRO RESIDENTE NO
IMÓVEL. DIREITO CONSTITUCIONAL À MORADIA.
SUSPENSÃO DA DESOCUPAÇÃO POR SEIS MESES**

Trata-se de inventário para partilha dos bens deixados por fulana de tal, falecida em x/x/x, consistentes em um imóvel localizado na lugar x (onde o ora agravante reside) e saldo de R\$ 55,48 em conta poupança.

Durante o andamento do feito, o inventariante fulano de tal requereu a venda do imóvel para o fim de recolhimento dos impostos. O pedido foi deferido pelo douto Juízo de origem.

Em seguida, o inventariante informou que há um comprador interessado no imóvel, mas que o ora agravante reside no

local e não se mostra disposto a mudar, impedindo a venda. Assim, requereu a desocupação do imóvel.

O pleito foi deferido na origem.

Sucedee, todavia, que o agravante e sua esposa estão desempregados e impossibilitados de saírem do imóvel no momento, razão pela qual requereu a suspensão da desocupação e venda do imóvel pelo prazo de 6 (seis) meses, até que ele possa se restabelecer e desocupar o imóvel.

No entanto, o pleito foi indeferido pela e. Magistrada *a quo*, sob o argumento de que os outros herdeiros também têm direito sobre o imóvel, que não pode ser usufruído somente pelo recorrente.

Ocorre que a prova documental carreada aos autos demonstra que a r. decisão não merece prosperar, uma vez que restou devidamente comprovado que o agravante não possui condições de desocupar o imóvel atualmente sem que haja desproporcional prejuízo a ele e sua família.

Conforme informado nos autos de origem, o agravante mora no imóvel junto com sua esposa, Sra. Fulana de tal, e o filho de apenas 8 (oito) anos de idade, fulano de tal.

Tanto o agravante quanto sua esposa estão **desempregados** atualmente, pois perderam o emprego em razão da situação de pandemia causada pela Covid-19, e estão **sobrevivendo apenas com a ajuda de amigos e o benefício bolsa-família**, pago pelo Governo Federal, cujo valor é de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

O agravante tenta complementar a venda catando latinhas na rua, contudo, esse trabalho dificilmente gera mais de R\$ 50,00 por mês.

Ainda que assim não fosse, apenas o ora agravante possui

capacidade para trabalhar, exercendo a profissão de ajudante de pedreiro, pois sua esposa está doente e tem diagnóstico de transtorno bipolar, conforme documentação anexa, sendo necessário tomar medicação forte para controlar as crises.

Do mesmo modo, o filho do recorrente foi diagnosticado com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, o que demanda a aquisição de medicamentos de alto custo, conforme documentação anexa.

Ressalta-se que o ora agravante sabe que é necessária a venda e desocupação do imóvel, contudo, infelizmente não consegue sair de casa no atual momento, uma vez que sua situação financeira é delicada e ele não tem para onde ir.

Dessa maneira, a suspensão da desocupação e venda do imóvel pelo prazo de 6 (seis) meses é a medida que mais se adequa ao caso em análise, especialmente porque é possível a estipulação com o comprador de que a saída do herdeiro do imóvel deverá ser realizada nesse prazo. Não há qualquer empecilho para que ocorra a venda, bastando que a ressalva conste no alvará a data da desocupação, sob pena de remoção compulsória.

Ademais, cumpre frisar que os demais herdeiros possuem a situação financeira mais confortável que o recorrente, pois todos possuem casa própria e emprego estável.

O recorrente sempre residiu com a mãe nesse endereço, cuidou dela durante sua doença e, agora, deve ter assegurado seu direito à moradia nesse local, apenas de forma temporária, até que consiga se restabelecer profissionalmente.

Com efeito, o direito à moradia é direito fundamental constitucionalmente assegurado no art. 6º da Carta Magna e, em conformidade com a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, deve ser respeitado também pelos demais herdeiros e familiares do

agravante na esfera privada.

Sabe-se, ainda, que a possibilidade de extensão do direito real de habitação aos herdeiros vulneráveis é tema em discussão atual no Direito das Famílias, especialmente em momentos de pandemia causada pela Covid-19.

A grande onda de desemprego em razão do coronavírus é manifestamente perceptível, sendo que o recorrente foi alvo dessa onda, pois perdeu o emprego e atualmente se viu obrigado a recolher latinhas de alumínio na rua para tentar sobreviver, conforme fotografias anexas.

A situação de vulnerabilidade social do agravante, somado ao fato de que é incontroverso nos autos que ele sempre residiu no imóvel com sua mãe são suficientes para que o direito constitucional a uma moradia digna se sobreponha, apenas por ora, ao direito dos demais herdeiros de ter o imóvel desocupado para tentativa de alienação.

Cumprasseverar que não se está pleiteando a não desocupação do imóvel, mas apenas a suspensão de tal determinação pelo prazo de 6 (seis) meses para que o agravante se restabeleça e encontre novo local para morar, respeitando-se, assim, o direito constitucional à moradia e o princípio da dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, requer-se a reforma da decisão de origem para deferir o pedido do herdeiro fulano de tal, a fim de que a determinação de desocupação voluntária do imóvel seja suspensa pelo prazo de 6 (seis) meses.

4. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL

Nos termos dos arts. 300 e 1.019 do CPC, nota-se a presença de todos os requisitos necessários para a antecipação dos

efeitos da tutela em sede recursal.

A probabilidade do direito é evidente, pois, conforme noticiado no tópico anterior, o direito constitucional à moradia deve se sobrepor, por ora, ao direito dos demais herdeiros, especialmente em razão da situação de vulnerabilidade social do herdeiro ocupante do imóvel, em contraposição à situação financeira dos demais herdeiros.

O perigo de dano também é evidente, uma vez que já foi expedido mandado de desocupação voluntária pelo Juízo de origem com prazo de 15 dias, de modo que o agravante, sua esposa e seu filho de 8 anos não terão para onde ir caso tiverem que desocupar o imóvel.

Assim, requer o deferimento da antecipação de tutela em caráter recursal, a fim de que a determinação de desocupação voluntária do imóvel seja suspensa pelo prazo de 6 (seis) meses.

5. PEDIDO

Ante o exposto, requer:

- a) A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser hipossuficiente;
- b) O deferimento da tutela antecipada, tendo em vista a urgência que o caso requer, a fim de que a determinação de desocupação voluntária do imóvel seja suspensa pelo prazo de 6 (seis) meses;
- c) A intimação do Agravado, na pessoa de seu representante legal, para que, caso queira, responda aos termos do presente recurso no prazo legal;
- d) A procedência do presente agravo de instrumento para que, reformando a decisão proferida pelo juízo *a quo*, seja determinada a suspensão, por 6 meses, da desocupação voluntária do imóvel seja suspensa.

Fulana de tal
Defensora Pública